

HISTÓRIA DO PROTESTANTISMO

JEAN BAUBÉROT

Tradução: Ana Antunes

NÃO-FICÇÃO · HISTÓRIA

Para a Caroline.

ÍNDICE

CAPÍTULO I

REFORMA E PROTESTANTISMO	9
As três características da Reforma.	12

CAPÍTULO II

A FORMAÇÃO DO PROTESTANTISMO.	21
I. O luteranismo	21
II. Outros protestantismos na Suíça.	27
III. A criação de igrejas da Reforma em França.	32
IV. A Inglaterra ou um protestantismo moderado	39
V. «Nova religião», nova cultura	41

CAPÍTULO III

A MODERNIDADE PROTESTANTE.	45
I. As Províncias Unidas e a criação de uma sociedade pluralista	46
II. Modernidade e revolução em Inglaterra	49
III. O protestantismo na América inglesa.	61
IV. Puritanismo e capitalismo	65

CAPÍTULO IV

DIFICULDADES E RENOVAÇÃO	68
I. A Guerra dos Trinta Anos e as suas consequências. . .	69
II. Ortodoxia e pietismo	72
III. Em França, desde o Édito de Nantes até à sua revogação	75

CAPÍTULO V

DO ILUMINISMO AO REVIVALISMO	82
I. Iluminismo e neopietismo.	82
II. Os reavivamentos do século XVIII	89
III. A evolução dos reavivamentos no século XIX	94

CAPÍTULO VI

PROTESTANTISMO CONTEMPORÂNEO.	103
I. A expansão mundial do protestantismo, desde o século XIX até aos nossos dias	103
II. Pluralismo e secularização	109
III. Crítica bíblica, liberalismo, cristianismo social	113
IV. A investigação teológica e o surgimento do movimento evangélico	117
V. Desenvolvimento do ecumenismo	123
VI. Novos desafios	126

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	129
---	------------

CAPÍTULO I

Reforma e protestantismo¹

Em 1520, três anos depois de ter escrito 95 teses contra a «virtude das indulgências»², Martinho Lutero (1483-1546) foi ameaçado de excomunhão. Ele queimou a bula papal que o obrigava a retractar-se, transformando assim uma contestação dentro da Igreja Católica num protesto que passaria a actuar fora dela. O questionamento do humanismo e a própria concepção de salvação do monge agostiniano levaram a um movimento reformista que ficou conhecido como protestantismo. Nove anos mais tarde, na segunda Dieta de Espira, cinco príncipes e representantes de 14 cidades livres revoltaram-se contra certas decisões: «Protestamos... que não

¹ Para mais pormenores sobre o período até 1564, ver P.-O. Lécho, *La Réforme (1517-1564)*, Paris, PUF, «Que sais-je?», 2017.

² Vendidas para ajudar a reconstruir a Basílica de São Pedro, em Roma, as indulgências destinavam-se a conceder a remissão de certos pecados. Escritas em 1517, as «95 teses» de Lutero foram rapidamente divulgadas. Roma pediu uma retractação. Durante os debates, Lutero afirmou que nem o papa nem o Concílio eram infalíveis. As suas decisões devem estar sujeitas à autoridade da Bíblia. Como historiadores, datamos o nascimento do protestantismo da ruptura entre Lutero e Roma em 1520, mas as Igrejas protestantes recordam a data de 1517.

consentimos nem aderimos... ao decreto proposto em tudo o que é contrário a Deus, à sua Santa Palavra, à nossa boa consciência, à salvação das nossas almas e ao último decreto (da primeira Dieta de) Espira.»³ A sua oposição levou à criação de duas igrejas confessionais. A minoria – ou «protestantes» – foi ameaçada com despacho militar. Procuraram uma aliança com os cantões suíços. Apesar das reservas de Lutero, que era bastante avesso a um acordo com o líder da reforma de Zurique, Zwingli, realizou-se um colóquio teológico em Marburgo (Outubro de 1529). O acordo doutrinário deveria permitir a formação de uma união capaz de resistir.

O acordo abrange 14 pontos. O décimo quinto diz respeito à Ceia do Senhor. Houve consenso a favor da comunhão sob as duas espécies e rejeição da transubstanciação (em que a consagração do pão e do vinho os transforma em substâncias do corpo e do sangue de Cristo). Embora todos acreditassem que o pão e o vinho da Ceia do Senhor continuavam a ser materialmente pão e vinho, os participantes divergiam quanto à forma de conceber a presença de Cristo. Lutero e os saxões acreditavam que o pão e o vinho eram também o corpo e o sangue de Cristo (consubstanciação). Para Zwingli e os suíços, a Ceia do Senhor era um memorial da morte de Cristo, um símbolo da sua presença actual (doutrina sacramental⁴). Este fracasso não significou, no entanto, o desaparecimento ou mesmo o declínio do protestantismo.

³ A primeira Dieta de Espira (1526) concedeu temporariamente aos príncipes e às cidades livres a liberdade religiosa.

⁴ A posição de Calvino representa um ponto de vista intermédio: o pão e o vinho continuam a ser o que são, o Espírito Santo torna Cristo verdadeiramente presente na Ceia do Senhor.

O termo «protestantismo» surgiu, portanto, circunstancialmente. Os protestantes interpretam-no muitas vezes num sentido puramente religioso: «Protesto contra as tradições e as estruturas da Igreja Católica Romana, em nome do direito de cada cristão a responder livremente às exigências da Palavra de Deus, tal como é recebida pela fé e pelo testemunho interior do Espírito Santo.» Este fundamento teológico é deveras essencial. Foi por uma questão de dissidência religiosa que os príncipes e os representantes das cidades livres protestaram. Mas o protestantismo foi, desde o início, uma realidade multifacetada, cuja sobrevivência dependia em grande parte do apoio que recebia dos detentores do poder político. Assim, a religião e a política entrelaçaram-se. De facto, havia simultaneamente uma ligação (as autoridades políticas apoiavam e protegiam a Reforma) e uma autonomia entre os dois domínios: em Marburgo, os teólogos debatiam questões estritamente teológicas, mesmo que esse debate tivesse consequências políticas.

Quando o protestantismo surgiu, havia vários movimentos e convicções contraditórias. Muitos pontos de vista eram partilhados, mas uma única divergência chegava para impedir a unidade institucional. Esta pluralidade parecia irreduzível – a oportunidade política não a reduzia, mas também não a abalava. Lutero, o pai fundador da Reforma, não era o seu líder incontestável⁵.

Os acontecimentos de 1529 não marcam a data em que a Reforma se transformou em protestantismo: a Reforma Calvinista ainda estava para vir. Simbolizam, no entanto,

⁵ É por isso que a história *do* protestantismo é sempre também uma história *dos* protestantismos.

o movimento pelo qual a Reforma se transforma progressivamente em protestantismo, os episódios em instituições, a ruptura em organizações, o protesto em poderes, a heresia em novas ortodoxias. Nesta transição, algo de essencial podia perder-se ou ficar esquecido. A história do protestantismo será pontuada por «regressos à Reforma», novas reformas: conflitos, inovações ou renovações teológicas. Tratar-se-á de continuar a questionar a Reforma, de redescobrir a sua pureza, o seu fôlego para além das «traições» e da «tibieza» do protestantismo estabelecido.

No entanto, este «estabelecimento» do protestantismo (como menciona o historiador E.-G. Léonard) foi, paradoxalmente, o legado da Reforma. Nos séculos precedentes, já tinham surgido dissidentes. Contudo, a sua «heresia» derrotada não terminou num «estabelecimento»: e, por conseguinte, não se tornaram reformadores, ao contrário de Lutero, Calvino, Zwingli e outros. O protestantismo não realizou todas as esperanças da Reforma, mas foi graças ao protestantismo que a Reforma existiu de facto. Ao mesmo tempo, ele não seria nada sem o seu fundamento: a Reforma. Ambos são indissociáveis um do outro, e o movimento de um para o outro é constante na história desta confissão.

As três características da Reforma

O diálogo fundador da Reforma protestante ocorre na Dieta de Worms (Abril de 1521). Confrontado com a exigência de se retractar, Lutero declarou: «Não creio nem na infalibilidade do papa nem na dos concílios... Estou sujeito

aos textos bíblicos que citei e a minha consciência é cativa das palavras de Deus. Não posso nem quero retractar-me em nada, porque não é seguro nem honesto agir contra a própria consciência.» O bispo de Tréveris respondeu: «Abandona a tua consciência, irmão Martinho. A única coisa que é segura é submeter-se à autoridade estabelecida.» Este foi um diálogo significativo, e uma famosa observação de Boileau diz que «qualquer protestante é papa quando tem a Bíblia na mão».

O questionamento da autoridade eclesiástica é feito em nome de três palavras de ordem: «só Deus», «só a Escritura», «só a graça», que constituem, no protestantismo, elementos predicativos essenciais, criando tensões com os constrangimentos da vida quotidiana e da acção histórica. Cada «só» é, em si mesmo, portador de um potencial de rupturas permanentes ou novas.

Só Deus: esta afirmação conduz às outras duas. Deus dá-se a conhecer apenas através da Escritura e não delega a sua graça em nenhuma instituição. Só Deus, sem outro mediador além de Jesus Cristo: esta afirmação de transcendência absoluta rompe com uma concepção da Igreja como mediadora entre Deus e os homens. Despojada do seu papel de mediadora, a Igreja deixa de ser a autoridade sagrada e de ter a infalibilidade de que necessita para permanecer una. Há uma afinidade entre a afirmação de «só Deus» e a pluralidade das Igrejas protestantes, a impossibilidade de constituir uma Igreja «verdadeira» face à católica romana, a distinção operada entre a «Igreja invisível», no segredo de Deus, e a «Igreja visível», no poder dos homens.

Durante vários séculos, a polémica católica insistiu no orgulho dos protestantes, que pretendiam um encontro directo

e face a face com Deus. Nenhum reformador, sublinhava-se, afirmava ter uma vocação extraordinária. Esta polémica põe em evidência um aspecto importante: os reformadores não são «líderes carismáticos» no sentido de Max Weber (mesmo que possuam características que os possam aproximar disso): não afirmam ter sido objecto, como os profetas do Antigo Testamento, de uma vocação especial. Foi como simples cristãos – Calvino nem sequer era padre ou monge – que se insurgiram contra os papas e os concílios. Esta resistência foi feita em nome de «só Deus»; de facto, dizem os católicos, os reformadores e os protestantes colocavam-se no lugar de Deus.

Debate fundamental. O Lutero de 1517 acreditava na infalibilidade da Igreja, embora duvidasse da infalibilidade do papa. O Lutero de 1520 rompeu com esta crença e desenvolveu a doutrina do sacerdócio universal, em que todos eram chamados a ter os poderes espirituais de um clérigo. Um contra-reformista, Florimond de Raemond, ficou espantado ao constatar que, com a Reforma, «os camponezes mais rudes e mais obtusos foram transformados em estudiosos, cavalheiros e doutores». Se cada um, para dar glória apenas a Deus, se apressa a resistir a uma autoridade que lhe parece um substituto de Deus, que garantia pode ter de que, na sua revolta, não se está a colocar no lugar do próprio Deus?

Só a Escritura: pode esta afirmação trazer a garantia necessária? A declaração de Lutero em Worms afirma a liberdade da «consciência cativa das palavras de Deus». Os reformadores falam da «inteligibilidade da Escritura», que deve ser acessível ao crente. A Igreja, perspectivada pelo «só Deus», foi dotada de um fundamento: a sua missão consiste em pregar a Palavra (e administrar os sacramentos, sinais da graça).

Ela promove uma piedade colectiva e familiar centrada na Bíblia. No protestantismo, a Igreja é, no entanto, uma realidade secundária, que não pode substituir o diálogo original entre Deus e os homens, mas que se apresenta como necessária à vida cristã. Esta será a grande divergência entre os partidários de um puro individualismo religioso e o protestantismo.

Mas a Igreja tem de admitir as suas próprias limitações, porque «só a Escritura» remete ao «só Deus» e não a si própria. O artigo 4.º da *Confissão de Fé de La Rochelle* (1571), documento fundador da Reforma das igrejas em França, torna-o claro: a Escritura é «o princípio mais verdadeiro da nossa fé, não tanto pelo acordo comum e consentimento da Igreja, mas pelo testemunho e persuasão interior do Espírito Santo». A tradição eclesiástica está, portanto, sujeita ao critério da sua conformidade com os textos bíblicos.

Se a autoridade da Escritura pode ser oposta à Igreja visível, é também porque nenhuma submissão à Escritura se faz sem a hermenêutica, a interpretação da Escritura. Um problema formidável! Os teólogos católicos chamaram a atenção de Lutero para o facto de a afirmação de «só a graça» não ser necessariamente fiel à Escritura: não havia menção explícita de «só» em nenhum texto bíblico. «Não importa», respondeu o reformador, o tema da «só a graça» atravessa toda a Bíblia.

Longe de proporcionar segurança espiritual, «só a Escritura» redobra a audácia do «só Deus». Os católicos não tardaram a atacar a «ostentação da Escritura» protestante, afirmando que os seguidores da Reforma usavam a Bíblia para enganar os outros, tal como o falsário paga com dinheiro falso. O estudo da Bíblia também foi acusado de ser um fermento de dissolução social: em seu nome, a ovelha podia revoltar-se